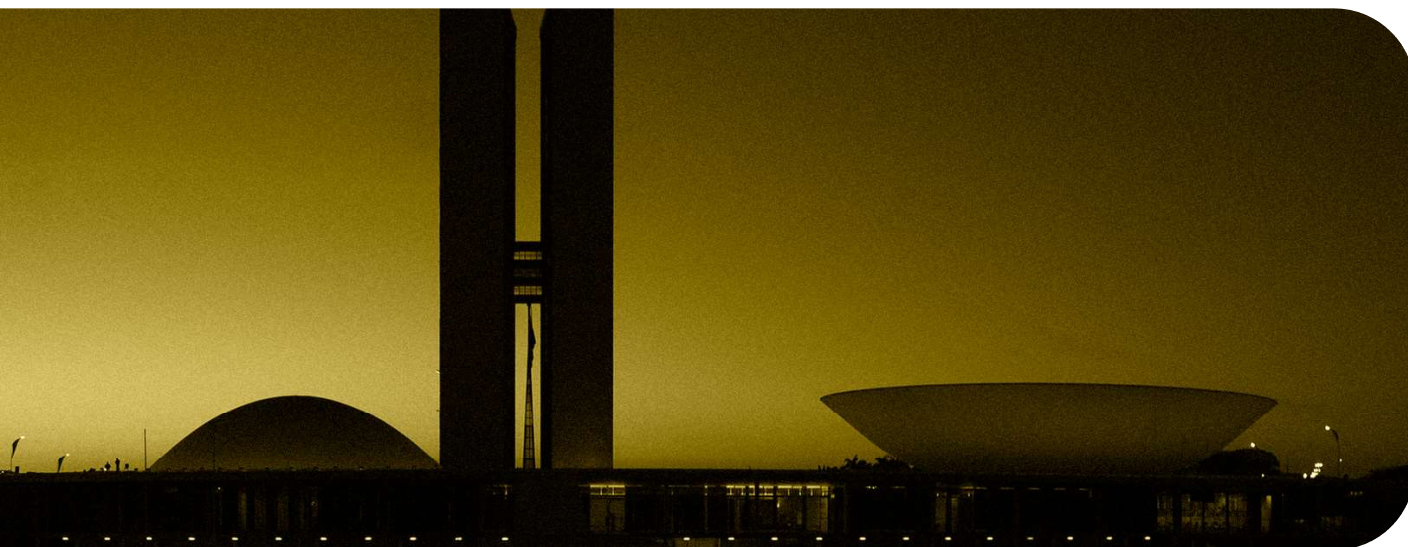


# Resumo Semanal

13 a 16 de outubro



Destques  
da  
Semana:

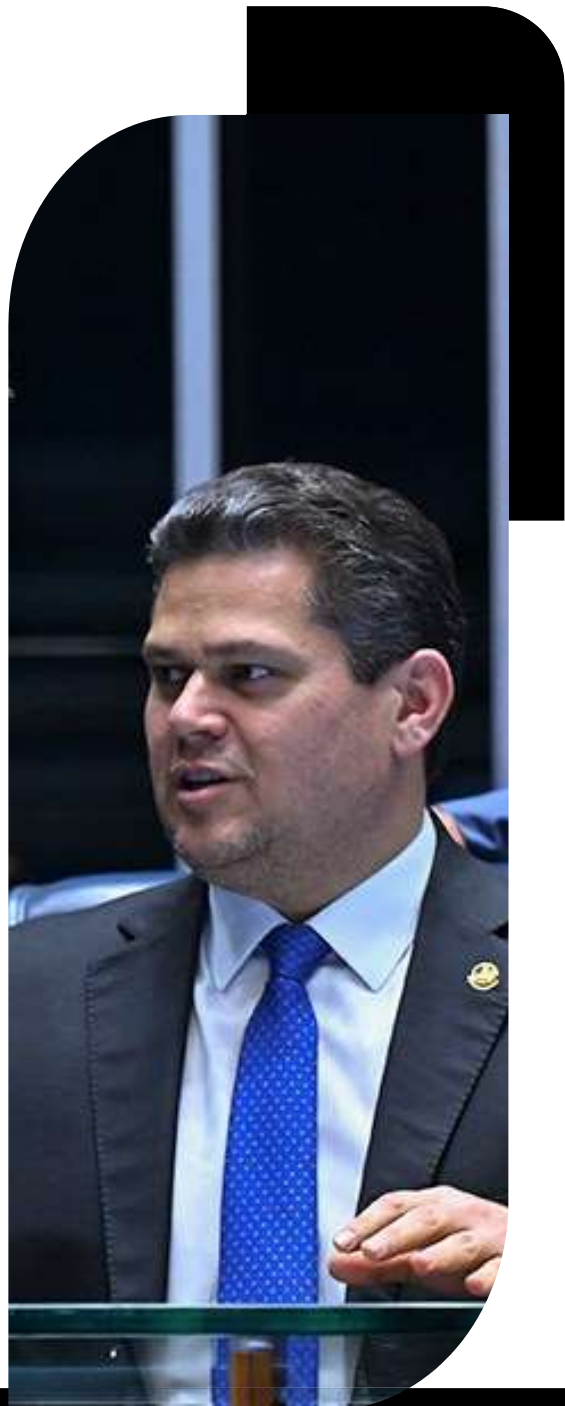
PEC 6X1

---

PEC da Segurança Pública

# Cenário Político

A semana legislativa em Brasília foi extremamente movimentada, com o Congresso Nacional cravando a maior conquista política do governo Lula no período com a promulgação do fim da escala 6x1. O novo texto constitucional garante dois dias de folga semanal remunerada aos trabalhadores sem corte salarial, estabelecendo uma transição gradual da jornada máxima de 44 para 40 horas semanais. No campo da segurança pública, a PEC de reestruturação do setor avançou ao ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ); no entanto, após ser incluída na ordem do dia do plenário pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, a matéria acabou retirada de pauta devido à falta de consenso sobre emendas que propunham a redução da maioria penal. Para fechar o pacote de votações de grande impacto no país, o Congresso aprovou o projeto que institui a obrigatoriedade do exame de proficiência para o exercício da medicina, definindo uma nova exigência nacional para o registro de novos médicos.



## Ampliação do Teto de Faturamento do MEI

O plenário do Senado Federal aprovou por unanimidade, na quinta-feira (15), o Projeto de Lei Complementar (PLP 186/2026), que eleva o teto de faturamento do Microempreendedor Individual (MEI) e segue para sanção do presidente Lula. O reajuste do limite anual não será imediato: subirá dos atuais R\$ 81 mil para R\$ 110 mil em 1º de janeiro de 2027 e alcançará R\$ 140 mil em 2028, corrigindo a inflação acumulada ao longo de oito anos. Para quem abrir novos negócios, o teto mensal será proporcional a R\$ 9.166,67 em 2027 e R\$ 11.666,67 no ano seguinte. O projeto traz outra importante flexibilização ao permitir a contratação de até dois empregados por MEI, em vez de apenas um como na regra vigente. Além disso, a proposta concede o perdão de dívidas tributárias com a União acumuladas até 13 de outubro de 2026, medida que terá impacto fiscal estimado em R\$ 3 bilhões nos próximos três anos. Durante as deliberações, o relator Carlos Fávaro (PSD-MT) rejeitou emendas que propunham elevar o teto a R\$ 870 mil, argumentando a necessidade de manter a responsabilidade fiscal ao teto de R\$ 140 mil.



## CONGRESSO PROMULGA FIM DA ESCALA 6X1

Emendas constitucionais são oficializadas na reta final das eleições em sessão que atesta recuo da oposição e vitrine do governo

O Congresso Nacional promulgou nesta sexta-feira (16) a Emenda Constitucional 141, que extingue a escala de trabalho de seis dias por um de descanso (6x1) e garante dois dias de repouso semanal remunerado. A medida estabelece uma transição de 14 meses, reduzindo a jornada máxima de 44 para 42 horas nos primeiros 60 dias, até alcançar o limite definitivo de 40 horas semanais, sem qualquer redução salarial. A aprovação da matéria foi concluída no Senado na quarta-feira (14) através de um calendário especial, registrando 75 votos a favor e apenas um contra, do senador Hamilton Mourão. A sessão solene de promulgação foi conduzida pelo presidente do Congresso, Davi Alcolumbre, e contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do presidente da Câmara, Hugo Motta, consolidando uma importante vitrine eleitoral para o Palácio do Planalto a apenas nove dias da segunda volta das eleições presidenciais.

A tramitação célere evidenciou um recuo estratégico da oposição, com o senador Flávio Bolsonaro (PL) e a sua bancada a votarem a favor do texto para evitar um severo desgaste nas redes sociais e potenciais prejuízos eleitorais irreversíveis. Em sentido inverso à celebração política, o setor empresarial manifestou forte oposição à medida: a Confederação Nacional da Indústria alertou para um aumento de custos de produção na ordem dos R\$ 267,2 mil milhões e uma quebra de 0,7% no PIB, enquanto a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes classificou a alteração como uma autêntica tragédia socioeconómica. Durante a mesma sessão, o Parlamento promulgou ainda a Emenda Constitucional 140, que destrava a aposentadoria especial para os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, outra pauta de elevado impacto fiscal e social que assegura o benefício com 25 anos de contribuição.

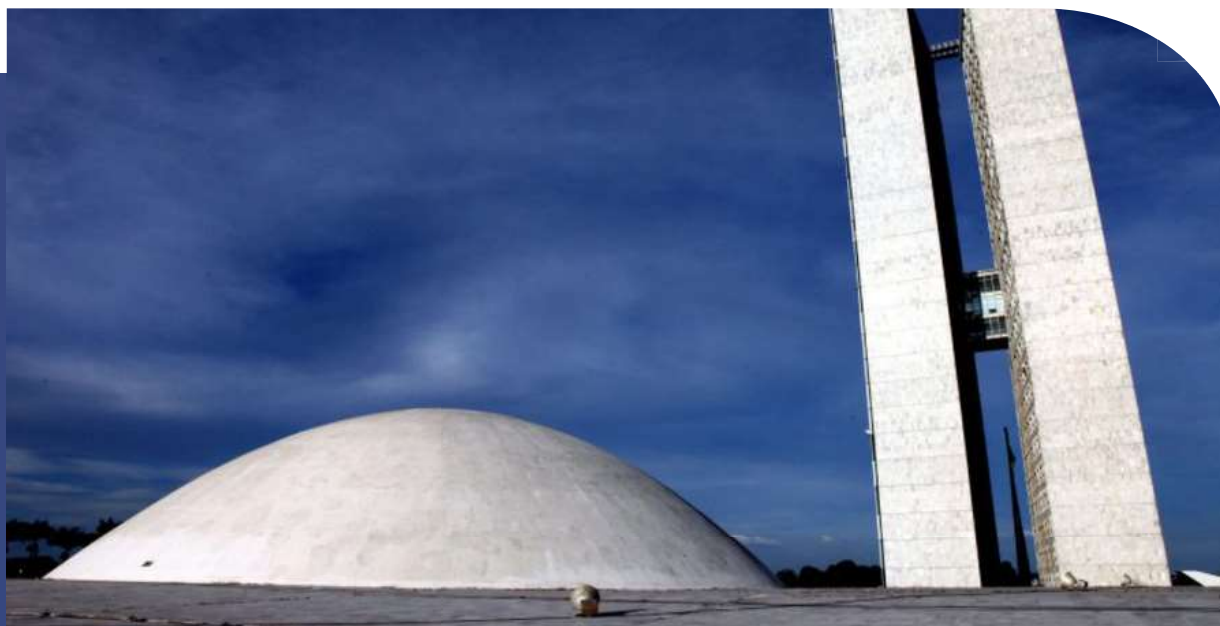


## PEC DA SEGURANÇA PÚBLICA

Divergência sobre redução da maioria penal trava deliberação em plenário e adia criação de ministério antes do segundo turno

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), retirou a PEC da Segurança Pública (PEC 18/2025) da pauta do plenário nesta quinta-feira (15), sem estabelecer uma data para a retomada da matéria. O texto havia avançado na quarta-feira (14), após a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) concluir a análise ao declarar prejudicados os destaques da oposição por ausência dos autores na sessão. A proposta original institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e o Sistema de Políticas Penais na Constituição, estabelece a corresponsabilidade do governo federal no enfrentamento às facções criminosas, permite a estruturação de polícias municipais de caráter civil, amplia o policiamento da Polícia Rodoviária Federal para hidrovias e ferrovias e protege as verbas dos fundos nacionais de segurança contra contingenciamentos. O Palácio do Planalto tratava a matéria como prioritária para dar uma resposta eleitoral à criminalidade antes de 25 de outubro, condicionando a promulgação da PEC à recriação imediata do Ministério da Segurança Pública.

O travamento ocorreu em razão de um embate sobre emendas voltadas à redução da maioria penal, tema sensível que abriu uma crise interna na base governista. Como contraofensiva à votação do fim da escala 6x1, a oposição encabeçada por Rogério Marinho (PL-RN) e alinhada a Flávio Bolsonaro (PL) devolveu a pressão política ao protocolar emenda reduzindo a maioria penal para 16 anos como regra geral e para 14 anos em crimes hediondos e ligação com facções. A articulação gerou divisão direta no PT quando o coordenador da campanha de Lula, Camilo Santana (PT-CE), apresentou proposta para fixar a imputabilidade em 16 anos para crimes de alta gravidade, iniciativa contestada pela ala tradicional do partido. Como qualquer modificação de mérito forçaria o retorno da proposta para nova análise na Câmara dos Deputados, inviabilizando a aprovação final antes do segundo turno, Alcolumbre decidiu retirar a pauta para conter os atritos e evitar uma derrota política ao governo em plenário.



# Senado Federal

## Comissão de Constituição e Justiça... (CCJ)



09h



14/10

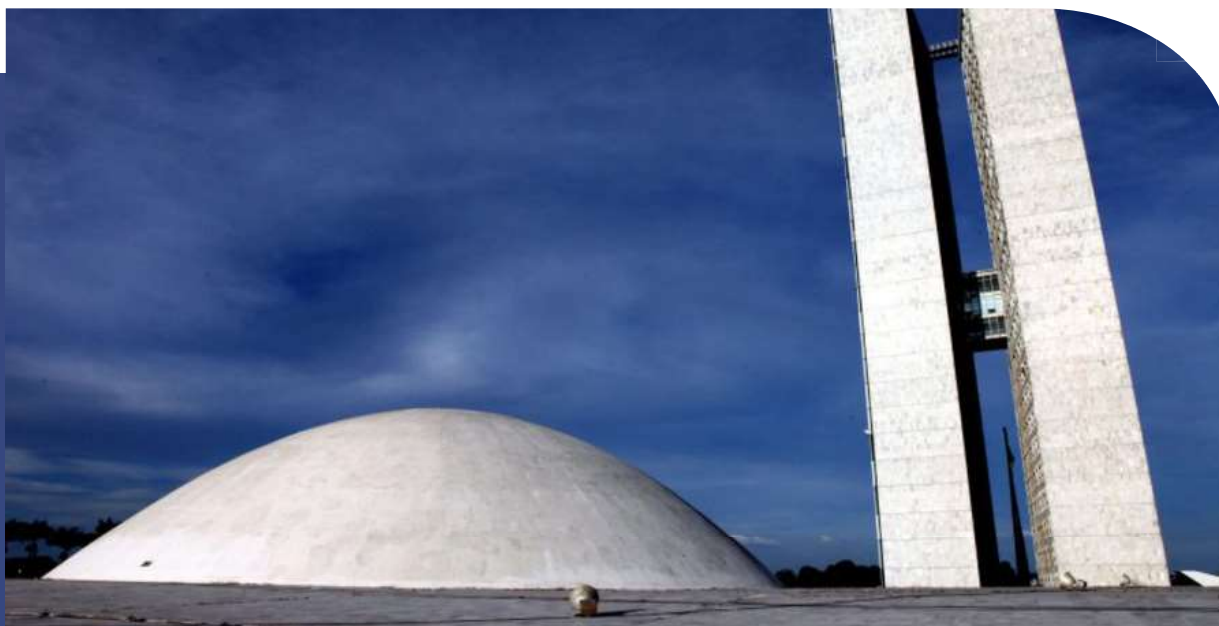


Plenário 03

### **PEC 18/2025 - PEC da Segurança Pública**

PEC 18/2025 - Poder Executivo - Altera os arts. 5º, 15, 22, 23, 24, 40, 49, 84, 103-B, 130-A e 144 da Constituição Federal e o art.76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta os arts. 144-A e 144-B à Constituição Federal e os arts. 139, 140 e 141 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências.

**Resultado: aprovado o parecer do relator pela rejeição dos destaques.**



# Senado Federal

## Sessão Deliberativa



14h



15/10



Plenário

### PEC 18/2025 - PEC da Segurança Pública

PEC 18/2025 - Poder Executivo - Altera os arts. 5º, 15, 22, 23, 24, 40, 49, 84, 103-B, 130-A e 144 da Constituição Federal e o art.76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta os arts. 144-A e 144-B à Constituição Federal e os arts. 139, 140 e 141 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências.

**Resultado: Aprovado o Requerimento nº 713, de 2026, de calendário especial para a matéria, na Sessão Plenária de 14/10/2026).**

**A matéria foi retirada de Pauta pelo Presidente do Senado, Davi Alcolumbre.**

# Notícias



## **Redução da maioria, 'não sabia' sobre o Bolsa Família, festas de Vorcaro: a entrevista de Lula à Globo em seis pontos**

Em sabatina à TV Globo, o presidente Lula defendeu a diminuição da maioria penal para 16 anos em casos de crimes hediondos e cobrou punição uniforme para ministros do STF investigados na relação com o Banco Master. O petista criticou o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, por participar de evento com o banqueiro Daniel Vorcaro, e justificou ter reajustado o Bolsa Família por desconhecer a falta de correção inflacionária prévia. Por fim, fez um mea-culpa pelos problemas de comunicação de sua campanha sobre os avanços econômicos do governo e adotou um tom pacificador em relação a Donald Trump.



## **Futura: Flávio tem 50,8% dos votos válidos no 2º turno; Lula, 49,2%**

Pesquisa do instituto Futura/100% Cidades divulgada nesta sexta-feira (16) aponta Flávio Bolsonaro (PL) com 50,8% e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com 49,2% dos votos válidos para o segundo turno das Eleições 2026. O cenário indica um empate técnico na margem de erro, que é de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos. Em relação ao levantamento anterior, divulgado na terça-feira (13), o senador oscilou um ponto para baixo e o atual presidente subiu um ponto. A sondagem ouviu 2.000 eleitores por telefone entre 14 e 15 de outubro e possui índice de confiança de 95%. O estudo está registrado no Tribunal Superior Eleitoral sob o protocolo BR-03764/2026.



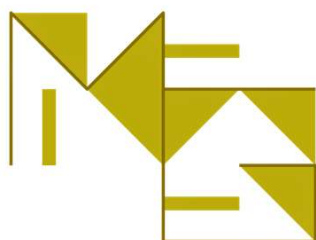
## **Alcolumbre adia votação da PEC da Segurança após racha no PT e disputa com PL sobre redução da maioria**

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, adiou a votação da PEC da Segurança Pública devido à falta de consenso entre governo e oposição sobre a redução da maioria penal. A matéria era vista como vitrine eleitoral para o governo Lula, que buscava aprovação célere para viabilizar a criação do Ministério da Segurança. Em contrapartida, a oposição bolsonarista apresentou uma emenda para reduzir a maioria para 16 anos (e 14 em crimes hediondos), visando emparedar o PT na reta final do pleito. O movimento gerou um racha interno no PT quando a liderança do partido tentou propor um texto de meio-termo, levando Lula a atuar para desautorizar mudanças que travassem o projeto e culminando no adiamento da apreciação do texto.



# FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G  
CONSULTORIA  
POLÍTICA



[moreiraegregorio.com.br](http://moreiraegregorio.com.br)



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



[moreiraegregorio@gmail.com](mailto:moreiraegregorio@gmail.com)



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,  
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -  
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.  
Desenvolvido por M&G Consultoria Política. Direitos reservados.*

---